



INFORMATIVO

SINDPOL/MG

BELO HORIZONTE/MG
Setembro /outubro 2015 - Nº 19
SEDE PRÓPRIA - 20.000 exemplares

SINDICATO DOS SERVIDORES DA
POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

**POLÍCIA
CIVIL**
MINAS GERAIS



Aproximadamente mil policiais civis de todos os cargos e servidores administrativos, se reuniram no pátio da ALMG, na primeira AGE da categoria em 2015

POLÍCIA CIVIL EM ESTADO DE ALERTA

AGE do Sindpol/MG demonstra vigor e força da categoria policial nas decisões de temas importantes

PÁGINAS 8 e 9

PROJETO DO TCO

Direção do Sindpol/MG busca informações oficiais sobre a matéria.

PÁGINA 3

CASO DE MALACACHETA

Os três PM's envolvidos em morte de policial civil são indiciados.

PÁGINA 5

SERVIÇO CARTORÁRIO

Sindpol/MG impetra ação judicial contra ato normativo de delegada.

PÁGINA 6

PALAVRA DO PRESIDENTE



O sindicato se preocupa em atender da melhor maneira os seus filiados e parceiros, com serviços e profissionais altamente qualificados para atendê-los. E modernizar a aparência do jornal e plataformas de comunicação, é investir em boa informação entre o sindicato e seus filiados, é uma forma de aproximação, uma maneira dinâmica de articulações para auxiliar no entendimento das matérias e ações que realizamos.

O Sindpol/MG quer tornar a leitura do informativo mais prazerosa para os seus filiados e demais leitores.

Denilson Martins,
Presidente do Sindicato dos Servidores
da Polícia Civil de Minas Gerais

O informativo do Sindpol/MG, a partir dessa edição, traz algumas novidades para os seus filiados e leitores assíduos, levando cada um a se surpreender, ao longo de suas páginas, com as mudanças no seu projeto gráfico.

Com uma nova “roupagem”, o informativo ganhou uma nova identidade, com elementos visuais mais atrativos, a organização das páginas são mais sofisticadas e de fácil leitura.

ÚLTIMAS AÇÕES

11/09 - Investigador de Polícia: Aprovados em concurso reúnem com a direção do Sindpol/MG

10/09 - Sindicato integrado e cidadão: Presidente do Sindpol/MG profere palestra sobre segurança pública em Congresso da Fethemg – UGT

09/09 - Combate ao assédio moral: Presidente do Sindpol/MG testemunha na Corregedoria em defesa de perita transferida e vítima de perseguição no trabalho.

09/09 - Caderno disciplinar e código de ética: Direção do Sindpol/MG reúne mais uma vez com corregedor geral e cobra providências e encaminhamentos.

08/09 - Segurança para o operador de Segurança Pública: Presidente do Sindpol participa de debate na ALMG

07/09 - Sindpol/MG oficia Administração e Pagamento de Pessoal da PCMG: Cobrança das promoções de 8 anos de efetivo exercício público

03/09 - Estado de alerta: Após AGE Governo começa discutir com o Sindpol/MG pauta da Polícia Civil

03/09 - Assédio Moral: Prática é comum nos órgãos policiais

03/09 - Sindicato em ação: Intensificando a luta nacional por valorização da Segurança Pública

www.sindpolmg.org.br

www.facebook.com/fanpagesindpolmg



31 8865 4306

FILIE-SE! NOSSA FORÇA, SUA SEGURANÇA

Faça parte do sindicato que luta pela valorização e modernização de todas as categorias da Polícia Civil



SINDICATO DOS SERVIDORES DA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: Diamantina, 214 Lagoinha - CEP: 31110-320 - Belo Horizonte/MG
(31) 2138-9878 - 2138-9851 - 2138-9898 - 2138-9877 - Fax: (31) 2138-9853

SINDPOL/MG FILIAO À



DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA SINDPOL/MG:

- ◆ Presidente: Denilson Martins ◆ Vice-Presidente: Antônio Marcos Pereira
- ◆ Diretor Executivo Secretário Geral: Cláudio de Souza Pereira
- ◆ Diretor Executivo Administrativo: José Maria de Paula
- ◆ Diretor Executivo de Assuntos do Interior: Christiano Augusto Xavier
- ◆ Diretor Executivo de Mobilização e Formação Sindical: Wellington Kallil Alves
- ◆ Diretor Executivo Jurídico: Geraldo Chaves Júnior
- ◆ Diretor Executivo de Comunicação e Eventos: Wander Dias Coelho
- ◆ Diretora Executiva de Assuntos da Mulher: Margareth Dionísia Costa Branco

- ◆ SUPLENTE: Mário Antônio dos Santos, Djalma Ribeiro Barbosa, Lucas Roberto Vasconcelos Lemos de Oliveira
- ◆ CONSELHO FISCAL EFETIVO: José Martins dos Santos, Eder Lauar de Almeida, Francisco José de Souza
- ◆ CONSELHO FISCAL SUPLEMENTAR: Carlos Marques da Silva, Paulo Emilio Athanzio

EXPEDIENTE:

Diretor de Comunicação: Wander Coelho / **Assistente de comunicação e diagramação:** Tatiana Mesquita (19.372/MG), Veridiane Marcondes (13.597/MG)
Fotógrafo: Benito Urbina “Chileno” (0019622/MG) / **Projeto gráfico:** Márcio Pereira - www.frag.art.br

Tiragem: 20.000 exemplares

Rua: Diamantina, 214 Lagoinha - CEP: 31110-320 - Belo Horizonte/MG

Impressão: Gráfica e Editora O Lutador Assessoria e Editoria Social

(31) 2138-9878 - 2138-9851 - 2138-9898 - 2138-9877 - Fax: (31) 2138-9853

SINDICATO EM AÇÃO:

Direção do Sindpol/MG se reúne com deputado

Na busca por informações oficiais sobre o projeto do TCO, de autoria do deputado sargento Rodrigues

No dia 25/08, a direção do Sindpol/MG, se reuniu com o presidente da comissão de Segurança Pública, deputado sargento Rodrigues, autor do PL 1063/2015 (antigo projeto 5560/2014), que estabelece diretriz para integração dos procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Segurança Pública na lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), conforme previsto no artigo 69 da lei federal 9099/95, e da outras providências. A intenção da reunião era, conforme já deliberado pela diretoria, tomar conhecimento mais aprofundado sobre as reais intenções e objetivos da referida proposta, que estende a competência de lavraturas de TCOs da Polícia Civil à Polícia Militar, sem prejuízo das atribuições e competência desta primeira.

O presidente Denilson Martins, o diretor jurídico Geraldo Chaves e o diretor administrativo José Maria “Cachimbinho”, expuseram o questionamento do Sindpol e da classe policial representada ao deputado, e do receio que muitos tem de esvaziamento institucional, fato esclarecido pelo parlamentar que garantiu que em nada retira da competência da PC as prerrogativas típicas de atendimento aos TCOs, porém de forma suplementar autoriza nos locais de difícil provimento do serviço de Polícia Judiciária,



BENITO URBINA "CHILENO"

Denilson Martins, José Maria “Cachimbinho”, deputado sgt Rodrigues e Geraldo Chaves

que a PM possa realizar esses procedimentos naqueles delitos de menor potencial ofensivo, na forma prevista na lei. Denilson fez as suas ponderações acerca da matéria, e falou da polêmica instalada no seio da PC com a possibilidade de alteração que possa gerar prejuízo às atribuições do policial civil, fato que o deputado argumentou que o projeto é muito claro, que não há possibilidade de

emendas escusas que deturpem a finalidade do mesmo ao ponto de prejudicar a Polícia Civil.

Os dirigentes sindicais agradeceram ao parlamentar pela gentileza da reunião e dos esclarecimentos prestados, e afirmaram que toda a direção do Sindpol/MG e a categoria, estarão acompanhando de perto a tratativa sobre a matéria.

Departamento Jurídico Forte

Foi apresentado, no dia 10/08, a diretoria do Sindpol/MG, o advogado Dr. Fernando Venâncio, especialista em direito administrativo, para reforçar a equipe do departamento jurídico e incrementar a defesa de nossos filiados. O presidente Denilson Martins saudou

o advogado, desejou sucesso e profícuo trabalho em defesa dos filiados, que tem aumentado a cada dia em sinal do reconhecimento do grande trabalho desempenhado por esta diretoria.

É o Sindpol/MG forte e com excelência.



VERIDIANE MARCONDES

DIVISÃO: Delegados do Sindepominas querem caminhar sozinhos

Sindpol/MG foi notificado para retirar e excluir proposta da Assembleia Geral Extraordinária

Em mais uma demonstração de sectarismo e falta de espírito de cooperação para avanços mútuos, a direção do Sindepominas - que representa os delegados de polícia de Minas Gerais - após lançar campanha midiática de âmbito estadual de valorização exclusiva dos detentores do cargo de delegados de polícia, esquecendo das demais classes que também carregam “nas costas” a prestação de serviço da Polícia Civil, notificou extrajudicialmente a direção do Sindpol/MG, requerendo a exclusão de qualquer tema referente a carreira de delegado da Assembleia Geral Extraordinária da categoria (AGE).

Não obstante à compreensão que tem a direção do Sindpol/MG da legitimidade do Sindepominas em tratar exclusivamente da valorização de seus pares, defende a liberdade sindical de todos aqueles 412 delegados filiados ao Sindpol que escolheram a nossa entidade como eficiente, competente e ativa na defesa de seus interesses classistas e profissionais, aos quais continuaremos a defender com plenitude de prerrogativa nos termos do artigo 3º de nosso estatuto.

FRAGMENTAÇÃO

É lamentável sobre todos os aspectos que mais uma vez a fragmentação, o autofagismo, sentimento de divisão e interesses individuais prejudiquem a unidade de um movimento institucional, que visa melhorias e valorização para todos, é temerário iniciativas individuais no arrepio do que acontece no resto do país, onde as prerrogativas não só dos delegados, mas dos policiais civis são atacadas a todos os instantes por órgãos e instituições que tentam sucoar, usurpar e absorver nossas atribuições, em alguns casos com propostas mirabolantes de unificação e extinções de cargos.

“É lamentável sobre todos os aspectos que mais uma vez a fragmentação, o autofagismo, sentimento de divisão e interesses individuais prejudiquem a unidade de um movimento institucional, que visa melhorias e valorização para todos”.

Tentam solucionar problemas complexos com propostas simplistas, sem contudo equacionarem o grave dilema da ineficiência, das precárias condições de trabalho e prestação de serviço essencial à população.

A direção do Sindpol/MG acatando a solicitação da respeitada e digna entidade sindical Sindepominas, na forma da notificação recebida, cuidou em tempo de retificar a publicação da referida Assembleia Geral Extraordinária, excluindo a categoria representada pelo sindicato dos delegados, mantendo portanto os demais itens da pauta.

Risco de prejuízo para a categoria

Contrariamente ao que havia sido comprometido pelos representantes da classe de delegados, que em reunião conjunta com todas as entidades de classe e com o Conselho Superior de Polícia, na época abandonaram a proposta polêmica de subsídio como forma de pagamento adotado à Polícia Civil. O subsídio prejudica diretamente servidores que recebem quinquênios e adicionais de risco de contágio, levando ao risco de congelamento salarial.

Chegou ao conhecimento da direção do Sindpol/MG que a reativação da referida proposta está sendo engendrada a todo o vapor, e que inúmeras reuniões tem sido realizadas fora do conhecimento público, para se fechar a questão em torno de um

projeto sobre essa matéria.

A direção do Sindpol/MG reafirma a decisão tomada por toda a categoria policial na última Assembleia Geral de 2013, quando da tratativa da nova Lei Orgânica (Lei Complementar 129/2013), que por maioria de seus componentes presentes no parlamento, em pleno estado de greve, deliberou pela não aplicação dessa forma de matriz remuneratória, e sim, pela manutenção do salário com respectivos adicionais e gratificações, inclusive a de risco de contágio, já prevista na referida lei. Isso por entender ser, a referida medida, prejudicial a valorização salarial dos servidores, motivo pelo qual vemos com estranheza e indignação esse resgate de proposta vencida.

EXECUÇÃO de Policial Civil em Malacacheta

Três PM's foram indiciados pelo homicídio do investigador Vandir Rodrigues Ferreira

Após muita cobrança e mobilização do Sindpol/MG, da categoria e da sociedade local, finalmente os três policiais militares envolvidos no assassinato do investigador Vandir Rodrigues Ferreira, foram indiciados, no dia 18/08, por homicídio doloso, duplamente qualificado. Os militares também foram enquadrados por fraude processual, por alterarem o local do crime, além de falsidade ideológica, por inserirem informações falsas no auto de resistência e nos Registros de Evento de Defesa Social (REDS).

A direção do Sindpol/MG mesmo indignada com o ato covarde e brutal que ceifou a vida de nosso colega e filiado, parabeniza o delegado regional Dr. Vinícius Sampaio e o delegado que presidiu o inquérito Dr. João Augusto Ferraz de Araújo, e toda a sua equipe pela postura corajosa de retomar a condução dos trabalhos investigativos, e com autonomia cumpriu o papel de Polícia Judiciária naquela região, concluindo os trabalhos com o indiciamento por homicídio duplamente qualificado dos executores do investigador Vandir.

Esperamos agora que no curso da tramitação dessa ação penal o Poder Judiciário e o MP também cumpram o seu papel de restabelecer a confiança da população local nos órgãos que promovem Justiça e Segurança Pública.



Investigador foi brutalmente assassinado por três PM's em setembro do ano passado

ENTENDA O CASO

A Polícia Civil concluiu o inquérito que apurava a morte do investigador Vandir Rodrigues Ferreira, de 42 anos, ocorrida em 24 de setembro do ano passado, em Malacacheta, no Vale do Mucuri.

A investigação apontou como responsáveis dois policiais militares que tinham comparecido ao local para atender a uma ocorrência de perturbação do sossego, feita contra a vítima por um terceiro militar, também indiciado.

O investigador foi atingido por seis disparos, sendo indiciados por sua morte os sargentos Sandro Machado Vieira, Arnaldo Camargos Santana e Claudinei Souza de Jesus. O inquérito policial, presidido pelo delegado João Augusto Ferraz de Araújo, apontou que teria

sido o próprio sargento Claudinei a pessoa que acionou a PM, alegando estar sendo incomodado pelo volume do som que vinha do carro de Vandir.

Uma das testemunhas ouvidas durante as investigações, no entanto, informou que o som alto que deu origem ao impasse vinha de sua casa e não do carro de Vandir. Na ocasião em que os policiais militares chegaram ao local denunciado, o investigador estava dentro de casa, sem camisa e pronto para dormir, com o carro estacionado em frente ao imóvel e com o som desligado. Na abordagem, no entanto, houve tumulto e, na sequência, os tiros.

Além do indiciamento por homicídio doloso, duplamente qualificado, os militares foram enquadrados por fraude processual, por alterarem o local do crime, sendo Arnaldo incurso ainda no crime de falsidade ideológica, por inserir informações falsas no auto de resistência e nos Registros de Evento de Defesa Social (REDS).

A investigação comandada pelo delegado João Augusto Ferraz de Araújo, contou com o apoio dos escrivães Elvis e Patrícia, dos investigadores Ricardo, Lucas, Kátia, Fábio Júnior, Paula e Diego, além de policiais civis da comarca de Malacacheta, sendo os trabalhos acompanhados pelo delegado Regional de Teófilo Otoni, Vinícius Sampaio da Costa.

(Com Assessoria de Comunicação – PCMG)

Equipe do Sindpol/MG acompanha reconstituição do crime

No dia 23/07, após muita pressão da sociedade local e também de uma ação articulada do Sindpol/MG, e da grande mídia estadual, foi realizada a reconstituição do crime bárbaro que tirou a vida do investigador Vandir Rodrigues Ferreira. Uma equipe do sindicato acompanhou a reconstituição.

Esse fato somado a outras agressões de

PM's e abordagens truculentas a policiais civis e a outros cidadãos, resultou em representação na ouvidoria de polícia, que em julho, realizou visita técnica para apuração dos fatos. O assunto também chegou ao conhecimento do próprio governador Fernando Pimentel, através de expediente formalizado pelo Sindpol/MG.

O presidente Denilson Martins já deter-

minou também ao departamento jurídico do Sindpol/MG, em conjunto com a consultoria Reis Figueiredo & César Brito para elaborarem representação desses fatos junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão da omissão dolosa do poder público estadual em apurar fatos dessa gravidade.

INVESTIGADOR não pode ser obrigado a fazer tarefa de escrivão

Sindpol/MG impetra ação contra ato normativo que já vinha sendo debatido nas instâncias administrativas

Por entender que os policiais civis estão sendo obrigados, por meio de coação irresistível a praticar atos de improbidade administrativa, usurpação de função e outras transgressões disciplinares, por livre deliberação e iniciativa da autoridade policial, a direção do Sindpol, através de escritório especializado, impetrou ação judicial, no dia 25/08, contra ato normativo eivado desses vícios e distorções acima definido.

A medida polêmica já vinha sendo debatida ainda nas instâncias administrativas, sem o esperado sucesso, uma vez que a administração não reverteu o referido

ato, nem tampouco voltou atrás, causando sobrecarga de trabalho, desmotivação, uma vez que os investigadores, segundo o item 3 da portaria, “estão obrigados a realizarem as atribuições dos escrivães, sem prejuízo das suas atribuições próprias do cargo”.

Considerando que todas as tentativas de diálogo e reversão do ato, pela via administrativa não foram bem sucedidas, uma vez que autoridade coatora, em tese, ignorou a revisão do ato, a gestão sindical não viu outra maneira, senão buscar a reserva legal através do Poder Judiciário.



Dirigentes sindicais e advogado Bruno Reis

Inspeção sindical em regional de Betim

Atendendo a inúmeras reclamações dos funcionários lotados na regional de Betim, o Sindpol/MG realizou inspeção sindical no prédio da delegacia e durante a vistoria foram constatados diversos problemas na unidade policial.

A unidade está funcionando de forma precária e sem qualquer condição que garanta a salubridade de trabalho com segurança e comodidade para os servidores e usuários, oferecendo ainda riscos à saúde e integridade física dos mesmos, avarias como fiação exposta, ausência de plano de prevenção de incêndio, escadas e saídas de emergência. O prédio, que não é da Administração Estadual, mas cedido pela Prefeitura, tem instalações improvisadas e inadequadas para o atendimento público e para o serviço policial, necessitando de adequações e reformas que garantam a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, e à funcionalidade do serviço policial.

Os pontos que chamaram a atenção dos dirigentes sindicais foram as ausências

de instalações sanitárias e bebedouros em condições de uso, sem contar na situação das celas improvisadas, nas quais abrigam presos de forma inadequada, maiores e menores infratores, sem qualquer respeito as disposições da LEP e do ECA. No tocante a alimentação e água dos presos, se não for a participação dos familiares e dos próprios policiais, os mesmos morreriam de fome e desidratados, pois o Estado, a Administração da Polícia Civil, o Poder Judiciário e o Ministério Público, não disponibilizam de meios necessários para esse serviço essencial de garantia a vida dos reclusos, sob a sua custódia naquela unidade, deixando esse encargo oneroso e sério apenas aos cuidados dos policiais plantonistas, cuja a quantidade também é incompatível com o acúmulo e fluxo do trabalho daquela regional, que responde por 12 cidades nos horários de plantão.

A direção do Sindpol/MG se comprometeu a tomar as medidas cabíveis acionando os órgãos afins que devem dar resposta institucional a esse grave impasse, haja vista que Betim tem

hoje os mais graves índices de criminalidade violenta no país, e é uma das maiores arrecadações e renda per capita do Brasil, sendo a terceira do Estado - não se justificando a míngua de investimentos no funcionamento de um dos principais órgãos garantidores da Segurança Pública local - e também de arrecadação tributária para a municipalidade e para o povo mineiro que é a Polícia Civil.

A PC de Betim cuida da identificação civil e criminal de seus cidadãos, expedindo a carteira de identidade; o licenciamento e regulação veicular e de toda a frota municipal, e destina 50% dos valores arrecadados em IPVA e taxas para o caixa do município, o restante para o caixa único do Estado, para o financiamento e manutenção dos demais serviços públicos essenciais, além da atividade finalística de polícia judiciária, técnico-científica. Por tudo isso que a direção sindical intensifica a fiscalização das condições de trabalho de seus servidores, como fito de continuar e melhorar a prestação de serviço de Segurança Pública a sociedade.



Toninho "Pipoco", deputado Leonídio Bouças, Denilson Martins, José Maria "Cachimbinho"

ATUAÇÃO: Caderno Disciplinar e código de ética

Sindicato encaminha minuta
com alterações a ALMG

Na sequência das ações pelas aprovações das alterações feitas pela categoria através do sindicato, no texto do caderno disciplinar, o presidente Denilson Martins, o vice presidente Toninho "Pipoco" e o diretor administrativo José Maria "Cachimbinho", se reuniram, no dia 08/08, com o presidente da Comissão de Legislação e Justiça, deputado Leonídio Bouças, e encaminharam a minuta das alterações acrescentadas pelo Sindpol/MG ao texto original do anteprojeto de autoria da Corregedoria.

Após debates e reuniões a comissão do Sindpol/MG conseguiu uma proposta de convergência que visa muito além de punir policiais, mas sim, promover eficiência, qualidade e profissionalização na atividade

policial, imprimindo princípios éticos nessa atividade, sinalizando uma política de prevenção permanente.

O deputado estadual Leonídio acolheu o referido texto e se comprometeu em apreciá-lo juntamente com os seus pares. Ele reafirmou o seu compromisso com a Segurança Pública nesse projeto, bem como nos demais que o Sindpol/MG está acompanhando na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O parlamentar disse que o Governo ainda não enviou o projeto, mas sabe da preocupação e urgência que o Executivo tem em aprovar essa matéria, mas que em nenhum momento deixará de ouvir as entidades de classe legítimas que representam a categoria policial.

NOTAS SINDPOL

GUARDA E ESCOLTA DE PRESOS

O Departamento Jurídico do Sindpol/MG obteve êxito no mandado de segurança, junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para que os policiais civis da comarca de São João Nepomuceno/MG sejam desobrigados de fazer escolta e guarda de presos. O TJMG concedeu o mandado de segurança, e o Sindpol/MG fica extremamente satisfeito com mais essa vitória do departamento jurídico em prol dos policiais civis.

ASSESSORIA JURÍDICA

O Sindpol/MG, na busca em atender os filiados do interior do Estado, contratou novos advogados para reforçar a equipe do departamento jurídico em suas regionais.

As regionais do Norte de Minas e do Triângulo Mineiro contam com novos advogados. O Dr. Marco Aurélio Soares Júnior foi contratado para integrar a equipe do jurídico do Norte de Minas. Já a Dra. Consuelo Vasconcelos a equipe do Triângulo.

É o Sindpol/MG trabalhando por seus filiados.

APOSENTADOS DO DETRAN

A direção do Sindpol/MG recebeu no dia 06/08, um grupo de examinadores do Detran, que estão sendo impedidos de atuarem após a aposentadoria.

A provocação tem origem em recomendação do Ministério Público (MP) enviado a direção do Detran e a Chefia de Polícia. Na condição de representante da categoria a direção do Sindpol/MG se comprometeu em buscar soluções para o impasse.

RESTRUTURAÇÃO DO CAP

Na intenção de modernizar, tornar mais justo e eficiente o Conselho de Administração de Pessoal (CAP), o presidente Denilson Martins e demais dirigentes da intersindical, se reuniram no dia 10/08, com o Advogado Geral do Estado, Dr. Onofre Alves Batista Júnior.

O objetivo do encontro é evitar a judicialização de conflitos de interesses, buscando soluções e negociações administrativas. Dr. Onofre comprometeu a se posicionar juntamente com o secretário da SEPLAG, e posteriormente se reunir novamente com os líderes sindicais para dar um posicionamento.



Pelo menos mil policiais civis de todos os cargos se reuniram no pátio da ALMG, na primeira Assembleia Geral Extraordinária da categoria, em 2015

AGE: Polícia Civil em estado de alerta

Categoria demonstra vigor e força nas decisões de temas importantes

Pelo menos mil policiais civis de todas as cargos e servidores administrativos compareceram no dia 28/08, na primeira Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da categoria de 2015, sob a égide do governo Pimentel. Após 8 meses de novo governo, e com dificuldades reais de agendamento de pautas, e de muitos debates internos e polêmicos no seio da categoria, a direção do Sindpol/MG, conforme deliberação das instâncias, realizou a primeira AGE, aprovando posicionamentos importantes como diretrizes a serem buscadas pela direção do sindicato e decretou estado de alerta até que as mesmas sejam atendidas pelo Governo e Administração Superior da Corporação, com sinalizações reais e palpáveis dos rumos que a categoria espera que sejam cumpridos.

Dentre as várias deliberações apreciadas maior destaque se deu, por unanimidade dos presentes, a implantação da isonomia da matriz remuneratória (equiparação) de peritos, leigos, escrivães e investigadores, pois todos,

desde 2010, são de atribuições complexas e de natureza técnico-jurídico e científico e de nível superior, não se justificando diferenças remuneratórias em cargos da mesma Instituição e de natureza igual, no mesmo grupo de atividade.

CONTRA UNIFICAÇÃO

Outro ponto deliberado por maioria absoluta foi o da não unificação de cargos e atribuições de escrivão e investigador, devendo os mesmos cargos continuarem inalterados em sua essência, na forma da lei. Essa deliberação também somou-se por maioria absoluta ao repúdio e retirada da grade curricular de prática cartorária no Curso de Formação de Investigadores, que iniciará na Acadepol em breve.

Durante a AGE deliberou-se pela formação de uma comissão paritária, composta de membros de todos os cargos, para acompanhar a tramitação do projeto do TCO (PL 1063/2015) que estende a competência de lavratura de

TCO para a Polícia Militar de Minas Gerais, deliberação por maioria absoluta dos presentes.

APOSENTADORIA FEMININA

Foi deliberado na AGE pela aplicação da eficácia plena e cumprimento imediato da Lei Complementar Federal 144/2014, "Lei Dilma", que cria aposentadoria especial de 15 anos, estritamente policial, para as policiais femininas.

ADMINISTRATIVO E CONCURSOS

Também deliberou-se pela permanência dos servidores administrativos na estrutura orgânica da PC, com vista para a valorização remuneratória dos mesmos. E que o sindicato envide de todos os esforços possíveis, junto ao governo, pela recomposição dos quadros de efetivo, com a convocação de todos os excedentes dos certames ainda vigentes, são eles, investigador, escrivão, perito e médico leigo.

Os presentes, por maioria absoluta e qualificada, decidiram também pela implantação da carga horária de 6h diárias (30 h semanais), para os escrivães de polícia, propostas do presidente da Aespol Wellington Kallil e do presidente Denilson Martins.



BRASÍLIA

No tocante a carreira única e demais projetos em tramitação em Brasília, na forma da explanação feita pelo presidente da Cobrapol, Jânio Bosco Gandra, a categoria deliberou pelo apoio irrestrito as decisões da Cobrapol, devendo o Sindpol/MG empreender todos os investimentos necessários para as mobilizações a serem realizadas no Distrito Federal para apreciação dessas matérias, para as quais a Cobrapol tem o apoio dos policiais civis mineiros, são os projetos: Lei Geral 1949/2007; PEC 24/2010, dentre outros.

Finalmente a categoria se posicionou pela instalação de estado de alerta, demonstrando que não aceitam nenhuma forma, e em hipótese alguma, de tratamento diferenciado, valorização exclusiva ou em separado de apenas um cargo da carreira policial.

CONSELHO SUPERIOR NA AGE

Importante participação dos dois inspetores gerais de investigadores e escrivães, que fizeram o seus pronunciamentos conclamando a união da categoria na busca de benefícios comuns a todos; os dois cargos que representam a base da PCMG no Conselho Superior são frutos e resultados de uma luta antiga capitaneada pelo Sindpol/MG, que sempre viu a necessidade da gestão superior da instituição ter uma voz mais legítima e representativa dos cargos de base.

REUNIÃO COM O GOVERNADOR

Representando a bancada da maioria dos partidos aliados ao governador, o deputado estadual Rogério Correia, participou com protagonismo na AGE do Sindpol/MG, e com a palavra disse que a pauta do sindicato, representando a PCMG, não é nova, e desde o governo passado tem sido objeto

de luta e debate na ALMG, e que o mesmo tem conhecimento profundo do compromisso firmado em campanha entre o governador, o Sindpol/MG e a categoria policial, e com certeza tão logo haja os meios econômicos e políticos para concretizá-lo, o governador e sua base, irá cumpri-lo, assim como tem feito com os seguimentos da educação, dos agentes penitenciários, da saúde, dentre outros, que já pactuaram suas pautas e demandas com o governo com efeitos e reflexos para os anos futuros, 2016, 2017 e 2018; de forma parcelada, em razão da fragilidade financeira e do rombo deixado nas contas públicas pelo governo passado, o mesmo governo que sucateou a PCMG e precarizou o serviço público com agenda do Estado mínimo e do Choque de Gestão. De acordo com Rogério Correia, ele contactou com a assessoria do governador durante a AGE, e o mesmo se comprometeu em atender pessoalmente a direção do sindicato, e disse que tem consciência da importância e do compromisso da classe representada pelo sindicato, que durante os 12 anos do governo passado travou uma batalha digna em defesa dos direitos, da valorização da classe policial e da Segurança Pública como um todo. O parlamentar afirmou que nessa reunião com o governador também se fará presente e reforçará a necessidade de atender as reivindicações da classe policial, e que com certeza não haverá necessidade de novamente a PCMG entrar em greve por falta de empenho do Executivo e de sua base. O deputado reconheceu as dificuldades do governo, mas reafirmou que isso jamais poderá ser impeditivo para que demandas justas e plausíveis sejam atendidas.

O presidente do Sindpol/MG, dirigindo a AGE, diante dessa fala de compromisso a categoria presente e representada, deu mais um voto de confiança ao governo que a classe muito ajudou a escolher, não radicalizando em qualquer forma de manifestação até uma posição definitiva do mesmo acerca da nossa pauta. É o compromisso do sindicato respaldado pela deliberação da AGE com mais de mil participantes da capital e interior.

Manifesto de repúdio

Um número representativo de policiais participantes da AGE, em questão de ordem, solicitaram espaço ao presidente Denilson para pronunciarem um manifesto público de indignação a campanha exclusivista e individualista dos delegados de polícia representados pelo Sindpominas, em se apropriar e auto intitular, como sendo os únicos detentores de cargo na PCMG, em desempenhar todas as atribuições dos demais cargos, como sendo os únicos a prestarem serviços de Polícia Judiciária de qualidade para a sociedade, desmerecendo e ignorando todos os demais componentes da Instituição.

O presidente Denilson Martins ouvindo a diretoria, decidiu por não acatar o pedido dos policiais, para não tumultuar os trabalhos e garantir a harmonia no recin-

to, em respeito a notificação extrajudicial expedida pelo Sindepominas proibindo de que o Sindpol/MG fizesse qualquer tentativa a respeito dos delegados nessa AGE, bem como para assegurar-se de que os trabalhos na Assembleia pudessem transcorrer de forma tranquila, produtiva, equilibrada e respeitosa.

O presidente tomou esse posicionamento, porque estavam na AGE delegados de polícia, que também ficaram indignados e acharam um absurdo a postura adotada pelo Sindepominas em tentar proibir o Sindpol de debater temas importantes para os detentores de seu cargo, alguns diziam que são filiados nos dois sindicatos, e que nunca concordaram com a visão elitista que opine em valorização de apenas um cargo, pois pensam na PC como um todo, uma equipe.



BENITO URBINA "CHILENO"

Denilson Martins na defesa da "lei Dilma" que regulamenta aposentadoria especial para as mulheres

AUDIÊNCIA Pública na ALMG

Aposentadoria da policial feminina

A direção do Sindpol/MG participou ativamente dos trabalhos da Comissão Parlamentar Permanente de Segurança Pública da ALMG, realizada no dia 11/08, que debateu os PLCs 14 e 15, que tratam da aplicação da Lei Complementar Federal 144/2014, de autoria do Governo Federal - "Lei Dilma" - que fixa o tempo de aposentadoria voluntária feminina nas polícias em 15 anos estritamente policiais, em um total de 25 anos, e estabelece limite de aposentadoria compulsória, para ambos os sexos aos 65 anos.

O presidente Denilson Martins deixou claro que a construção da Lei Complementar 144/2014, da presidente da República Dilma Rousseff, trata de articulação antiga e legítima do conjunto das mulheres policiais e das entidades sindicais, e que ao ver do Sindpol/MG ela é de natureza jurídica e auto aplicável, não se justificando a resistência que o Governo de Minas e o Tribunal de Contas do Estado, tem para garantir a sua plena eficácia em benefício das mulheres policiais.

AÇÕES

Segundo Denilson, caso não sejam bem sucedidos os projetos 14 e 15, de autoria do deputado sargento Rodrigues, irá impetrar uma ADPF (ação por descumprimento de preceito fundamental), contra o Governo do Estado, garantindo a eficácia da Lei Federal em benefício das mulheres, que além da jornada policial, tem os desafios da segunda e terceira jornada do lar, e da qualificação educacional. Mais que uma questão de justiça é um assunto de sensibilidade com a causa da mulher policial.

De acordo com Denilson, é imprescindível que a ALMG já inicie a abertura de debates sobre a concessão de aposentadoria especial para os agentes penitenciários, pois também são operadores de Segurança Pública que convivem com a mesma realidade dos policiais, não se justificando tratamento diferenciado. Denilson complementou sua fala retratando sobre a necessidade de se combater de forma mais expressiva o fenômeno do flagelo do assédio moral, que também é umas das causas que justifica a aposentadoria especial dos policiais.

Pagamento de auxílio natalidade

O departamento jurídico do Sindpol/MG conquistou na Justiça a tutela antecipada para pagamento imediato do auxílio natalidade que foi negado a policial filiado ao Sindicato.

O Departamento de Pessoal da Polícia Civil negou o pagamento do auxílio natalidade com fulcro no Memorando n.º 725/AJ-GAB/2014, da Assessoria Jurídica da Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, uma vez que segundo a DAPP, ocorreu o descumprimento do prazo de sessenta dias para requerimento do citado auxílio.

Assim, o Jurídico do Sindpol/MG foi acionado para propor ação para que o servidor não sofresse prejuízos pessoais e financeiros, já que a Lei Complementar 129/2013, determina o pagamento do auxílio natalidade, sem nenhuma ressalva.

E não há que se falar que com o Decreto Estadual n.º 42.897 de 17/09/2002, o servidor da Polícia Civil não faz jus ao pleiteado auxílio natalidade, porque a Lei Orgânica entrou em vigor depois do referido Decreto, não fazendo nenhuma ressalva quanto ao prazo para requerimento do auxílio natalidade.

Conforme assinalado pelos advogados do Sindicato na ação, citado Decreto não é hábil a revogar dispositivo da Lei Orgânica da PCMG, em razão do princípio da hierarquia das leis, sendo, portanto, inválida a norma que a contradisser. Acrescentaram, ainda, que somente outra lei complementar poderia revogar dispositivo da Lei Complementar Estadual n.º 129, de 08/11/2013. E finalizaram dizendo que os Decretos servem apenas, e tão somente, para regulamentar o disposto em Lei, não podendo criar direitos não previstos nela, tampouco restringi-los quando ela não o fizer.

Os argumentos dos causídicos foram acatados pelo Juiz que, inclusive, impôs o cumprimento da obrigação no próximo holerite do demandante, sob pena de multa de R\$ 2.000,00.

É o Sindpol/MG trabalhando em prol de seus filiados, aproveitando desde já a oportunidade para CONVOCAR os filiados, que estiverem em citada situação, a procurarem os advogados do seu Sindicato para a adoção das medidas cabíveis.

ASSÉDIO MORAL nas Polícias

Câmara Federal promove debate



Sindpol/MG participou do seminário de Combate e Prevenção ao Assédio Moral em Brasília

Diversos convidados se reuniram no dia 02/09, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, para discutir o Assédio Moral na Administração Pública e forma de prevenção e combate à prática.

A primeira mesa, em sua maioria, foi composta por representantes de entidades policiais (federais, civis e militares), onde, em suas explicações, mostraram a grande ocorrência de casos de assédio moral nos Órgãos.

Além dos policiais, advogados e psicólogos, especialistas no assunto demonstraram a necessidade de uma regulamentação no sentido de punir o assediador, não só no funcionalismo, mas também no serviço privado. “Essa necessidade existe para a elaboração de discussões e marcos jurídicos para contemplar condutas efetivas e possíveis consequências para o assédio moral. Uma sugestão é que se torne improbidade administrativa”, exemplifica o advogado do DIAP, Guilherme da Hora.

O Presidente do Sindpol/MG, Denilson Martins, explicou que, assim como na Polícia Federal, a Polícia Civil é um ambiente propício para a prática do assédio moral. “É muito fácil um gestor entrar na sede do poder. Se um subordinado tem um PHD, por exemplo, o gestor se sente incomodado. O assediador determina tarefas impossíveis de serem cumpridas, promove o isolamento do servidor assediado e até compromete as condições de trabalho do mes-

mo”, esclarece. O Sindpol/MG há algum tempo contra o assédio moral, e busca a aprovação de uma lei federal que combata essa prática.

O presidente do Sindipol/DF, Flávio Werneck, enfatizou que o assédio moral coletivo institucionalizado é o principal pilar da manutenção do poder. Werneck utilizou da realidade da Polícia Federal, hoje desconhecida pela sociedade civil, que afeta diretamente a saúde dos policiais e ferindo os direitos básicos, como a quantidade de horas trabalhadas, não reconhecimento de atestados médicos, perseguições por participação em movimentos sindicais. “O exemplo do terror vivido pelos policiais é a falta dos agentes participando desse evento. O sindicato pediu a liberação dos servidores, que foi concedida, com a condição de que os chefes imediatos autorizassem a ausência, mediante compensação das horas”.

O deputado Lincoln Portela, relator da sugestão para a discussão, destacou a importância da promoção do evento com o objetivo de mudar as situações de assédio moral e que os Direitos Humanos comecem a ser respeitados. “Os servidores, quando conseguem superar o assédio, usam o pouco incentivo para estudar e sair do Órgão. Podemos usar como exemplo a quantidade de policiais federais que hoje estão na Polícia Legislativa na Câmara dos Deputados”, finaliza. (Com Fenapef)



Denilson Martins, Maurício Marques, Cláudio Pereira e Tarick Bruk

Histórias da Polícia Civil

Nesta edição do informativo do Sindpol/MG conheceremos a história do investigador – classe especial - Maurício Marques da Silva. Nascido em Janaúba, zona rural de Lagoa Grande, o policial foi trabalhador rural até os seus 20 anos, em seguida se tornou vigilante. Mudou-se para BH, onde teve a oportunidade de estudar, concluiu o 1º e 2º grau, fez graduação em Letras na UFMG, e em 1985 ingressou na Polícia Civil.

O investigador trabalhou em Janaúba entre 1985 e 86, quando foi transferido para o IML de BH, onde ficou 10 anos. Devido a sua formação Maurício teve a oportunidade de lecionar no Colégio Ordem e Progresso por 10 anos, retornando a Janaúba após esse tempo. Em Janaúba o policial civil trabalhou na delegacia regional, na furtos e roubos, na identificação e na cadeia local, aposentando no ano de 2007.

MILITÂNCIA

Entre os anos de 1978 a 1984 o policial pertenceu ao grupo de jovens dos trabalhadores cristãos de BH, foi do grupo jovem do bairro Serrano por 10 anos. Em Janaúba o policial fez parte do Conselho Municipal do Idoso, ajudou a fundar a Associação dos Quilombolas Bem Viver Vila Nova dos Poções.

O investigador atuou como voluntário ajudando na Associação de Pequenos Produtores Rurais de Vila Nova dos Poções, Lagoa Grande e em Janaúba. Foi líder comunitário da comunidade quilombola, hoje é membro atuante dessa comunidade e filiado do Sindpol/MG.

ISONOMIA remuneratória

Sindpol/MG se reúne com o secretário adjunto da SEDS



VERIDIANE MARCONDES

É mais que necessário que neste momento seja iniciado, por parte do governo e do parlamento, o debate e tramitação da matéria. A ansiedade da base é grande, a expectativa e cobrança tem se intensificado de todas as formas e não podemos frustrar tais sentimentos, sob pena de criarmos rupturas desnecessárias. Da parte do Sindpol/MG todas as articulações e mobilizações tem sido feitas, porém é necessário que o governo sinalize positivamente para início da tramitação da matéria na ALMG.

O secretário disse entender a conjuntura e externou que de iniciativa dele e do secretário Bernardo Santana, já está sendo formado um grupo de trabalho composto por representantes da SEDS, da Polícia Civil e da Seplag, para realizar um estudo detalhado sobre os impactos do referido projeto, do ponto de vista orçamentário e técnico-jurídico, mas que já adianta que a matéria não está parada e nem esquecida, pois o governo tem o compromisso de respeito com as reivindicações das entidades sindicais e que ele próprio, secretário adjunto, como egresso da Polícia Federal, entende muito bem a importância da aprovação dessas matérias por esse governo, que tem quebrado paradigmas e superado desafios históricos para o funcionalismo público, e não vai ser diferente com a Polícia Civil. Disse que tão logo que esse estudo seja concluído poderá ser objeto de apreciação do parlamento e das entidades de classe, o que muito corroborará com a tramitação do referido projeto.

Formação de grupo de trabalho para estudos de impactos do projeto de isonomia (equiparação)

O presidente Denilson Martins e o vice Toninho “Pipoco”, se reuniram no dia 23/07, com o secretário adjunto da Defesa Social, Dr. Rodrigo Teixeira, para cobrar do mesmo um posicionamento sobre a pauta de reivindicação que o Sindpol/MG, juntamente com a UGT, enviaram a SEDS, em março desse ano. Nessa pauta, dentre outras matérias, está contido o projeto de isonomia remuneratória entre investigadores e escrivães com perito e legistas.

O presidente Denilson informou ao secretário que não obstante a compreensão

que toda a direção do Sindpol/MG tem acerca dos limites orçamentários e dos desafios e implicações políticas da medida, a categoria policial civil, com toda razão, tem cobrado o atendimento desse projeto, uma vez que é do conhecimento público o compromisso que o governador Pimentel tem com a Polícia Civil, mormente com a base, desde os tempos de campanha, e é justa e antiga a reivindicação de reestruturação institucional através da isonomia remuneratória, que foi um dos compromissos firmados ainda em campanha.

Presidente do Sindpol/MG é homenageado

Em solenidade realizada no dia 17/07, no auditório da OAB, seção Minas Gerais, o presidente do Sindpol/MG Denilson Martins, juntamente com demais autoridades do mundo jurídico (foto), foi homenageado com a comenda advogado Décio Fulgêncio, por sua atuação à frente do sindicato e pelas relevantes ações em prol da Justiça Penal, aprimoramento das instituições jurídicas e do Estado Democrático de Direito.

“Essa homenagem não se dirige apenas ao presidente do sindicato, mas a toda a equipe, direção, colaboradores e a todos os filiados que de forma anônima ou mais presente contribuem por todas as ações desempenhadas



BENITO URBINA "CHILENO"

pelo Sindpol/MG, seja na defesa e fortalecimento da categoria policial, na promoção de segurança pública de qualidade, na luta incansável de melhoria das condições de trabalho e atendimento nas unidades policiais, através das inspeções sindicais, desenvolvidas pelo sindicato, seja através das ações pontuais que sempre visam a promoção de justiça, a garantia de direitos e cidadania”, disse Denilson Martins.

A direção do sindicato agradece à ABRACRIM – Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – seção Minas Gerais, pela indicação e distinção da homenagem que servirá de incentivo para novas e desafiadoras lutas sindicais.